

HABEAS CORPUS Nº 548.928 - PA (2019/0358413-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : PABLO LEONARDO CANTUARIO DE ABREU
ADVOGADO : PABLO LEONARDO CANTUARIO DE ABREU - MT021440
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : JOSE RUMAO LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A LIMINAR DO *WRIT* ORIGINÁRIO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA A EX-COMPANHEIRA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. PRISÃO PREVENTIVA. MANDADO DE PRISÃO CUMPRIDO QUASE OITO ANOS DEPOIS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SÚMULA 691/STF. INCIDÊNCIA. Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **José Rumão Lopes**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pará (HC n. 0809693-47.2019.8.14.0000).

Narram os autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime de tentativa de homicídio, ocorrido em 9/4/2004, na cidade de Bannach/PA.

Consta, ainda, o seguinte (fl. 4):

[...]

A denúncia foi recebida em 18.06.2010 (fl. 40).

Expedida precatória de citação (fl. 56), a qual restou frustrada ante a não localização do acusado no município de Goiânia-GO (fl. 57).

Com o retorno da missiva à comarca de Rio Maria-PA, foi determinado, de imediato, a citação por edital (fl. 64).

O edital de citação foi expedido à fl. 65.

Em 07.2.2012, foi certificado o decurso do prazo do edital sem a apresentação de resposta (fl. 66).

Na mesma data (07.2.2012), foi proferida decisão suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional na forma do art. 366, do CPP, azo em que também foi decretada a prisão preventiva do acusado (fls. 68/69).

Expedido o mandado de prisão preventiva em 09.3.2012 (fl. 75).

Em 25.10.2019, o mandado de prisão foi cumprido na comarca de Água Boa-MT, conforme ofício nº. 4694/2014 (fl. 79).

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Indeferido o pedido de revogação da prisão, a defesa impetrou *writ*, na origem, o qual teve a liminar indeferida pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante alega, em apertada síntese, ausência de fundamentos concretos para a manutenção da prisão do paciente.

Destaca que o art. 366 do CPP, com redação dada pela Lei n. 9.271/1996, não trouxe hipótese de prisão preventiva automática, ou seja, deve o magistrado apontar, concretamente, em qual das hipóteses do art. 312 do CPP, o fato e a conduta se amoldam (fl. 8).

Menciona, ainda, ausência de contemporaneidade entre o momento em que a prisão foi decretada e o dia em que o mandado de prisão foi cumprido.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem a fim de que o paciente possa aguardar o julgamento da ação penal em liberdade.

É o relatório.

O *habeas corpus* não comporta seguimento.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de teratologia ou ilegalidade manifesta.

É certo que caberá, primeiramente, ao Colegiado competente do Tribunal estadual analisar em maior profundidade as questões levantadas no *habeas corpus* lá impetrado.

Convém aguardar o trâmite regular do *writ* na origem.

Além disso, ficou consignado na decisão que indeferiu a liminar que (fl. 111 – grifo nosso):

[...]

Isto porque, do que consta, em **09.04.2004**, o paciente teria praticado o crime

de tentativa de homicídio contra sua então companheira, **Suely Andreia Ferreira da Silva**, desferindo vários golpes de faca em diversas regiões do seu corpo, conforme laudo Id. nº. 2.432.736.

Em relatório da Polícia Civil (Id. nº. 2.432.736 - pág. 22), ainda no ano de 2004, o Delegado responsável pelo caso informou que o **coacto se evadiu do distrito da culpa e que as tentativas de localizá-lo foram infrutíferas**, entretanto, esclareceu que obtiveram a qualificação deste por meio do seu Título de Eleitor e Certificado de Reservista, apreendidos na mesma ocasião em que foi encontrada a arma do crime.

Recebida a denúncia em 18.06.2010, o magistrado a quo determinou a expedição de Carta Precatória ao Juízo do estado de Goiás, com o fim de citar pessoalmente o acusado, o que não foi possível por este encontrar-se em local incerto e não sabido, razão pela qual fez-se necessária a expedição de edital para citá-lo, isto em 09.11.2011 (Id. nº 2.432.753) e, em não tendo o paciente se manifestado, **foi decretada a prisão preventiva, cujo cumprimento se deu apenas este ano, em 25.10.2019, ou seja, pouco menos de 8 anos.**

Assim, ao menos em uma primeira análise, **considerando o longo transcurso de tempo que se deu desde o fato sem que o Juízo encontrasse o acusado para, assim, dar andamento ao feito, não estão presentes os requisitos necessários à concessão a tutela de urgência, pelo que denego a liminar pleiteada.**

[...]

Com essas considerações, com fundamento nos art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator